

ENERGIA, INFRAESTRUTURA E DIREITOS HUMANOS: UM OLHAR CRÍTICO SOBRE A ANEEL



Introdução



Laura Rossi Rimolo
Daniela Pellin | dpellin@Unisinos.br
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Objetivo Geral

O objetivo principal da pesquisa consiste em demonstrar que a participação qualificada dos estudantes do Curso de Direito, no âmbito de atividades de extensão, pode ser uma ferramenta protetiva e aprimoradora do sistema regulatório.

Objetivos Específicos

(1) Analisar o sistema de Governança Pública do Decreto nº 9.203/17 e sua interface com a Governança das Agências Reguladoras prescrita pela Lei nº 13.848/19;

(2) Demonstrar que, através do estudo de caso, identificou-se a lacuna existente em relação à governança pública na proteção dos direitos humanos dos trabalhadores terceirizados;

(3) Apresentar a participação técnica, assistida e qualificada de estudantes de Direito, em atividade de extensão, por meio da consulta pública de nº 008/2023 da ANEEL, para incluir a cláusula 4.13 do Edital de Leilão de nº 002/2023, de modo a fomentar a salvaguarda dos direitos humanos dos trabalhadores terceirizados.

Alunos da graduação em Direito participam de consulta pública da ANEEL

Comunicação Institucional 29 de maio de 2023 Direito



Fonte: Notícias Unisinos, 2023.

Referências

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acessado em 14/10/2023.
- BRASIL. **Lei nº 13.843, de 25 de junho de 2019**. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/113848.htm Acessado em 14/10/2023
- BRASIL. **Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017**. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9203-22-novembro-2017-785782-publicacaooriginal-154277-pe.html> Acessado em 14/10/2023
- BRASIL. **Direitos Humanos**: atos internacionais e normas correlatas. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/508144/000992124.pdf> Acessado em 14/10/2023
- Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). **Alunos da graduação em Direito participam de consulta pública da ANEEL**. Disponível em <https://www.unisinos.br/noticias/alunos-da-graduacao-em-direito-participam-de-consulta-publica-da-aneel/> Acessado em 14/10/2023.

A presente pesquisa tem como cenário o aprimoramento regulatório da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) a partir da Lei n.º 13.848/19 e a busca pela interface com a Governança Pública estabelecida pelo Decreto nº 9.203/17, com especial atenção às parcerias público-privadas e as boas práticas em Direitos Humanos em favor de trabalhadores terceirizados pelas empresas.

Problema

A falta de proteção regulatória, presente nos editais e contratos firmados com a Administração Pública, no que tange aos Direitos Humanos dos trabalhadores terceirizados.

Hipótese Inicial

Sugere que a realização de consultas públicas pode ser eficaz na preservação dos direitos e garantias individuais e fundamentais destes trabalhadores

Metodologia

- ✓ A construção do conhecimento passa pelo método dedutivo;
- ✓ A metodologia comporta investigação exploratória e descritiva;
- ✓ Técnicas de pesquisa de revisão bibliográfica, nacional e estrangeira;
- ✓ Estudo de caso do Edital nº. 002/2023 e da consulta pública de n.º 008/2023 da ANEEL.

Resultados



1. Os resultados evidenciam a importância da consulta pública no aprimoramento dos processos de Governança Pública;
2. Através do estudo de caso, os alunos analisaram o Edital e a proposta de contrato, elaborando e recomendando a Cláusula 4.1.3 para proteção de Direitos Humanos de trabalhadores terceirizados.

Conclusão



Constatou-se que a ANEEL ainda não emprega a governança pública de maneira efetiva em editais e contratos, ignorando seu papel estabelecido no artigo 174, caput, da Constituição Federal.